

Trabalho e emprego

A trajetória de evolução do mercado de trabalho formal na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período 1999-2011*

Alejandro Kuajara Arandía**

Economista da FEE

Resumo

O trabalho trata de uma análise do segmento do mercado de trabalho formal da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no novo século. Assim, para efeitos deste artigo, o trabalho que ora se apresenta está composto de duas partes, além de uma introdução. Na primeira, apresenta-se um panorama da evolução e da dinâmica do mercado de trabalho da RMPA, utilizando-se os dados estatísticos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-RMPA), tentando apreender, com isso, os efeitos positivos do crescimento econômico sobre a capacidade de geração de postos de trabalho na RMPA, durante o período 1999-2011. Já na segunda, a abordagem é sobre o tipo de ocupação que está sendo gerado em decorrência desse crescimento econômico, isto é, qual a qualidade dos novos postos de trabalho que estão sendo criados.

Palavras-chave: Mercado de trabalho formal; economia do trabalho; qualidade dos postos de trabalho.

Abstract

This article analyses the formal labor market in the metropolitan area of Porto Alegre RMPA, in the new century. For the purposes of this article, the work is composed of two parts and an introduction. First, it presents an overview of the evolution and dynamics of the labor market in the RMPA using statistical data of the Employment and Unemployment Survey in the metropolitan area of Porto Alegre-PED-RMPA, trying to capture the positive effects of economic growth on the ability to create jobs in the RMPA, in the 1999-2011 period. The second concerns with the type of occupation that is being generated as a result of economic

* Artigo recebido em 13 abr. 2012.
Revisor da Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini.

** *E-mail:* arandia@fee.tche.br
O autor agradece a Rafael Caumo e Patrícia Biasoli, estatísticos da PED-RMPA, pela confecção e pelos cálculos das tabelas, bem como aos colegas da análise, Miriam De Toni e Raul Assumpção Bastos, pelas valiosas e qualificadas sugestões ao trabalho.

growth, that is, what is the quality of the new jobs created during that period.

Key words: *Formal labor market; labor economics; job quality.*

1 Breve sinopse da dinâmica do mercado de trabalho da RMPA no período 1999-2011

Considerando-se a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil, verifica-se que, enquanto a década de 90 do século passado foi marcada pelo crescimento do desemprego e da informalidade, que atingiu parcela significativa da população economicamente ativa (PEA), o período 1999-2011 apresenta uma inflexão na dinâmica do mercado de trabalho. O ritmo de geração de novas ocupações expandiu-se; o contingente de trabalhadores com carteira assinada parou de cair e começou a crescer novamente; a taxa de formalização reverteu a tendência negativa; e a taxa de desemprego diminuiu sistematicamente. Esse conjunto de fatores indica uma melhora significativa do mercado de trabalho nos primeiros 11 anos deste século, contrapondo-se à precarização do trabalho que marcou a década de 90¹ do século anterior.

O baixo desempenho do mercado de trabalho na década de 90 decorreu, principalmente, das mudanças no plano econômico e do processo de reestruturação produtiva. A implementação do Plano Real, que trouxe, como aspecto positivo, a estabilidade dos preços num primeiro momento, sobrevalorizou a moeda nacional, afetando diretamente grande parcela das empresas nacionais, que não estavam preparadas para concorrer com o produto importado. O aumento da concorrência na época resultou na eliminação de grande número de empresas, ou na introdução de grandes mudanças no seu processo de trabalho, tendo como resultado forte destruição de postos de trabalho.

De acordo com Moretto e Krein (2005), ao analisar o período:

A abertura econômica trouxe para o mercado interno uma concorrência mordaz, em que as

empresas buscaram manter níveis de preços e de produtividade compatíveis com aqueles do mercado internacional, em um contexto de valorização cambial e de altas taxas de juros. Fez, também, com que as empresas — tanto nacionais como transnacionais — passassem por uma reorganização produtiva, por meio da introdução de inovações tecnológicas e organizacionais (Moretto; Krein, 2005, p. 4).

Essa reestruturação produtiva foi um processo de racionalização de custos e de modernização de segmentos econômicos, com consequências deletérias sobre o mercado de trabalho (Dedecca, 1998). Para Baltar (2003), a reestruturação produtiva foi inequivocamente induzida pela política econômica e pelas reformas estruturais que aconteceram, levando ao enxugamento no número dos empregados, especialmente das grandes empresas, com destaque para o setor industrial.

A desvalorização do real, ocorrida no início de 1999, associada ao abrandamento do processo de reestruturação produtiva das empresas, recuperou a capacidade do setor produtivo. A partir daí, observa-se uma melhoria na capacidade da economia brasileira de gerar oportunidades de emprego, constatando-se que o ritmo de crescimento da ocupação, comparativamente à década de 90, melhora significativamente no período 1999-2011, influenciado pelo contexto de bom desempenho do produto Interno bruto da economia.

Nesse sentido, estudo realizado por Pochmann (1999) aponta que um dos efeitos do crescimento econômico sustentado se relaciona com o aumento das ocupações organizadas em maior proporção do que as não organizadas, indicando que o ritmo de crescimento da economia, caso se sustentasse por um bom período, poderia contribuir para a reversão da trajetória de desestruturação do mercado de trabalho que se observou na década de 90.

Assim, o panorama atual do mercado de trabalho no País, tendo como pano de fundo o movimento favorável do crescimento econômico durante os primeiros anos do novo século, permite tecer a hipótese de que uma dinâmica de crescimento positivo da economia levaria a uma trajetória de estruturação do mercado de trabalho, tendo como principal

¹ Sobre a precarização do mercado de trabalho da RMPA nos anos 90, ver De Toni (2006).

consequência o aumento das ocupações protegidas ou com carteira de trabalho assinada ao longo desse período.

Saliente-se que, desde o ano de 2002, tanto o Brasil quanto o Rio Grande do Sul (RS) cresceram economicamente a uma taxa média de pouco mais do que 3,0% ao ano. O RS experimentou dois anos de queda (2005 e 2009), enquanto o Brasil teve apenas uma taxa negativa, em 2009.

No caso do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre, objeto deste estudo, pode-se observar, com o auxílio dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), que, entre 1999 e 2011, há uma persistente trajetória de crescimento da ocupação e de queda do contingente de desempregados, sendo que o maior responsável por esse resultado foi o aumento dos postos de trabalho com vínculos formais em maior proporção do que os com vínculos informais, ou do segmento não organizado.

As informações estatísticas da PED-RMPA, que serão apresentadas ao longo do trabalho, revelam que a ocupação com carteira assinada cresceu a um ritmo superior ao do incremento do produto. Há um crescimento do emprego mesmo nos anos em que o crescimento econômico é muito baixo, como ocorreu em 2003. Parecem ocorrer dois movimentos positivos concomitantes: um é o crescimento da ocupação, ou seja, a ampliação do número de postos de trabalho; outro é o de formalização dos vínculos de trabalho. Esses movimentos, em conjunto, levam a um expressivo crescimento da ocupação com carteira assinada, tal como captado pelo levantamento da PED-RMPA.

Desse modo, uma análise do mercado de trabalho formal da RMPA no período 1999-2011 revela-se importante, devido ao fato de um contingente importante da mão de obra ter conseguido uma inserção melhor no mercado de trabalho, através de uma relação formalizada, que assegura ao trabalhador os direitos trabalhistas previstos em lei. De outra parte, com a ampliação das oportunidades de ocupação com carteira assinada que a conjuntura favorável de crescimento da economia logrou viabilizar, interessamos saber que tipo de ocupação formal o mercado de trabalho da RMPA está gerando.

Assim, para efeito deste artigo, o trabalho que ora se apresenta está composto de duas partes, além desta introdução. Na primeira, apresenta-se um

panorama da evolução² e da dinâmica do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre, utilizando-se os dados apurados pela PED-RMPA, tentando apreender, com isso, os efeitos positivos da política macroeconômica sobre a capacidade de geração de postos de trabalho na RMPA, durante o período 1999-2011. Já a segunda preocupar-se-á com o tipo de ocupação que está sendo gerada em decorrência desse crescimento econômico, isto é, qual a qualidade dos novos postos de trabalho que estão sendo criados.

2 Evolução e dinâmica do mercado de trabalho da RMPA

Ao examinar as informações estatísticas da Tabela 1, constatamos que o número de ocupados cresceu praticamente de maneira contínua no período entre 1999 e 2011. A exceção ficou por conta dos anos de 2002 e 2003, mesmo assim com desaceleração tênue, podendo ser identificada como uma relativa estabilidade, pois o índice passou de 103,1% para 102,4% e para 102,7% entre os anos de 2001, 2002 e 2003.

O nível de ocupação apresentou um crescimento de 41,5%, com um acréscimo de 560 mil pessoas no contingente de ocupados, passando de 1.349 mil em 1999 para 1.909 mil ocupados em 2011.

No que diz respeito à evolução da taxa de desemprego, verifica-se um descenso praticamente em queda livre, passando de 19,0% em 1999 para 7,3% em 2011, o que correspondeu à menor taxa atingida desde o começo da Pesquisa, em 1993. O crescimento no contingente de ocupados (560 mil), em número superior aos novos ingressantes da População Economicamente Ativa (PEA) — 394 mil —, contribuiu sobremaneira para a queda extraordinária da taxa de desemprego no período.

A *performance* positiva do nível ocupacional entre 1999 e 2011 deveu-se principalmente ao desempenho do emprego assalariado, especialmente o do setor privado. Na Tabela 2, observa-se que, do total de ocupações geradas no período, 90,0% referem-se a empregos assalariados no setor privado ou no público. Do total do emprego assalariado — considerando-se o

² Dados da PED-RMPA e do PIB/RS disponíveis no *site* da Fundação de Economia e Estatística: <<http://www.fee.tche.br/sitefee>>.

público e o privado —, 94,5% correspondem aos com registro formal e apenas 5,5% aos sem registro formal. Ademais, no período supracitado chama atenção o lento crescimento do contingente de trabalhadores domésticos, autônomos, dos assalariados sem carteira assinada e outros, podendo-se afirmar, em função dessas evidências, que o crescimento havido nos primeiros 11 anos do novo século está tendo como resultado uma ampliação bem maior das ocupações formais no mercado de trabalho da RMPA (Tabela 2).

Uma boa evidência dessa dinâmica em prol da formalização das ocupações são os resultados estatísticos da Tabela 3. Nela, constatamos, examinando os períodos 1994-98, 1999-2007 e 2008-11, que o primeiro período se caracteriza por queda do trabalho assalariado e escassa geração de empregos formais. Em sentido contrário, verifica-se, nesse período, um aumento expressivo entre autônomos, empregados domésticos e outros, ou seja, ocupações consideradas precárias, isto é, com predominância de relações de trabalho desprotegidas.

Já o segundo período, 1999-2007, revela um mercado de trabalho mais organizado, mais protegido, inclusive como rebatimento do crescimento econômico verificado nesse intervalo, especialmente a partir de 1999, quando ocorre a desvalorização do real, associada ao arrefecimento do processo de reestruturação produtiva das empresas, o que permitiu que as mesmas iniciassem um processo de recuperação das suas capacidades de produção.

Esse quadro favorável na absorção de trabalhadores fez com que se pudesse captar, através do desempenho dos principais indicadores do mercado de trabalho, que houve, a partir do ano de 1999, uma inflexão no comportamento desse mercado, com aumento da formalização do vínculo do emprego maior do que o observado com as ocupações informais, ou do segmento não organizado.

Nesse sentido, os dados da Tabela 3, considerando ainda o período 1999-2007, não deixam dúvidas: o número de ocupados, em termos de variação absoluta, foi bem superior para os assalariados com relações de trabalho protegidas do que para os que não estão protegidos pela lei. O contingente de empregos formais dos assalariados do setor público passou de uma queda de 22 mil no período de 1994-98 para a expressiva cifra de 42 mil empregos, entre 1999 e 2007. No segmento dos assalariados do setor privado com carteira assinada, o resultado foi ainda melhor, isto porque, enquanto no período 1994-98 o aumento foi de 8 mil, passou para 189 mil no período 1999-2007. Pelo ângulo da

variação relativa, também a dinâmica de crescimento da formalidade apresenta um crescimento expressivo. Do total de ocupações assalariadas formais, considerando, por um lado, o setor público, passa-se de -11,6% entre 1994 e 1998 para 25,9% entre 1999 e 2007, por outro, considerando, agora, as ocupações assalariadas com carteira assinada do setor privado, passa-se de 1,4% entre 1994 e 1998 para 33,1% entre 1999 e 2007, um crescimento substancial para o emprego formalizado nesse último período.

Ainda através das informações estatísticas da Tabela 3, pode-se verificar que a dinâmica de crescimento do terceiro período, de 2008 a 2011, sofre um arrefecimento na comparação com o período imediatamente anterior. Isto porque, como é sobejamente sabido, a partir de setembro de 2008 a crise financeira global se abateu sobre o Brasil e afetou o ritmo de crescimento dos principais indicadores do mercado de trabalho, tanto no País quanto na Região Metropolitana de Porto Alegre. Percebe-se, no entanto que os valores continuam positivos, assinalando, com isso, que, mesmo com a crise econômico-financeira de 2008, essa trajetória positiva de formalização não se viu interrompida (Tabela 3).

Nesse contexto, é preciso salientar que o ano de 2009 foi o pior do período 2008-11, uma vez que foi nesse ano que os impactos negativos da crise financeira, tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul (RS), ficaram mais fortes. No que diz respeito ao RS, os dados estatísticos do PIB gaúcho apurados pela FEE mostram que, durante os primeiros 11 anos do novo século, o RS passou por dois processos recessivos, 2005 e 2009, o primeiro motivado por fatores climáticos (estiagem), e o segundo, em decorrência da crise financeira global³.

De modo inverso, o ano de 2010 apresentou um desempenho econômico bastante expressivo no País. De fato, a taxa de crescimento do Produto atingiu a marca de 7,5%, no melhor resultado da história recente, em boa parte alicerçada pela demanda interna, ou seja, o consumo das famílias e das empresas. Contudo, no ano de 2011, o Brasil foi obrigado a desacelerar, por medidas internas dedicadas a conter a inflação, e a economia brasileira perdeu velocidade, fechando com alta de 2,7% apenas. Dentre os motivos que explicam essa

³ A deterioração macroeconômica provocada pela crise financeira global incidiu de forma negativa sobre o Produto Interno bruto (PIB) do Brasil, que passou de 5,2% em 2008 para -0,3% em 2009, fazendo com que o País mergulhasse para o negativo pela primeira vez na primeira década dos anos 2000.

desaceleração está a preocupação com a continuidade da crise financeira mundial, resultando em atividade fraca no mundo desenvolvido, a necessidade de desacelerar a economia interna para trazer a inflação para a meta, como de fato ocorreu, fechando no limite de 6,5%.

Em que pese à menor velocidade no crescimento da economia brasileira, o mercado de trabalho formal da RMPA não perdeu a intensidade de crescimento que vinha tendo no período anterior. Observa-se, através dos dados da variação relativa, que o incremento da ocupação assalariada com carteira assinada do setor privado evoluiu de 4,5% entre 2008 e 2009 para 6,8% entre 2009 e 2010 e 7,7% entre 2010 e 2011. Em sentido contrário, houve perdas entre os assalariados sem carteira assinada de (31,9% para -11,5%), entre os autônomos de (7,1% para -5,9%), empregados domésticos e outros, ou seja, as categorias ocupacionais mais desprotegidas e de inserção precárias foram as que mais sofreram com a desaceleração econômica e seus efeitos negativos sobre o mercado de trabalho.

Em termos de distribuição dos assalariados do setor privado, por setor de atividade econômica, verifica-se, através dos dados da Tabela 4, que foi o setor de serviços o que mais gerou postos de trabalho com carteira assinada no período 1999-2011. Esse setor criou 217 mil empregos com carteira assinada, contra 95 mil do setor de comércio, 74 mil da indústria de transformação e 24 mil da construção civil. Também no mesmo período, foi o setor de serviços o que mais gerou empregos sem carteira assinada, sendo que, do total de 27 mil ocupações sem carteira assinada, 22 mil foram do setor de serviços e de 5 mil na construção civil (Tabela 4).

No entanto, são os números das variações relativas segundo o setor de atividade econômica que melhor dão conta das mudanças na composição setorial do emprego assalariado no setor privado. Por esse prisma de análise, verificamos que a tendência à formalização se deu com maior intensidade no setor do comércio, com um crescimento do emprego assalariado com carteira assinada de 104,3%, seguido pelo setor de serviços, com 89,6%, pela construção civil, com 86,1%; e a indústria de transformação cresceu menos, 39,2%, no período 1999-2011.

Mesmo com esse robusto crescimento das ocupações assalariadas do setor privado ao longo do período examinado, verificamos que a intensidade do crescimento não foi uniforme no período em questão. Assim, por exemplo, constatamos que o crescimento das ocupações do setor privado com carteira de

trabalho assinada foi de 8 mil, no período 1994-98, de 189 mil no período 1999-2007 e de 165 mil entre 2008 e 2011. Já entre os assalariados sem carteira assinada, a descontinuidade do movimento também foi evidente — o desempenho foi de 2 mil, 38 mil e de menos 19 mil, respectivamente, nos três períodos mencionados.

Chama a atenção de imediato que, apesar dos efeitos nocivos da crise financeira mundial sobre o mercado de trabalho, que se manifesta a partir do ano de 2008, os números não repetem o baixo desempenho do período 1994-98. Na verdade, o que se observa é uma desaceleração no ritmo de criação de ocupações, mas o contingente de novas ocupações continua significativo, no período 2008-11 (Tabela 3).

Com base nessas evidências, podemos arguir que a criação de 411 mil ocupações com carteira assinada e de 27 mil sem carteira assinada, totalizando 438 mil novos assalariados no setor privado da RMPA, entre 1999 e 2011, está, de alguma maneira, relacionada às influências positivas do bom desempenho do produto da economia.

Tabela 1

Estimativa da população total, da população economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxa global de participação e taxa de desemprego total, na RMPA — 1999-2011

ANOS	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA								TAXAS (%)	
	População Economicamente Ativa						Inativos Maiores de 10 Anos		Taxa de Participação (PEA/PIA)	Desemprego Total (DES/PEA)
	Total		Ocupados		Desempregados					
Número (1)	Índice (2)	Número (1)	Índice (2)	Número (1)	Índice (2)	Número (1)	Índice (2)			
1999	1.665	96,7	1.349	93,9	316	110,5	1.190	98,9	58,3	19,0
2000	1.722	100,0	1.436	100,0	286	100,0	1.203	100,0	58,9	16,6
2001	1.740	101,0	1.481	103,1	259	90,6	1.229	102,2	58,6	14,9
2002	1.736	100,8	1.470	102,4	266	93,0	1.283	106,7	57,5	15,3
2003	1.771	102,8	1.475	102,7	296	103,5	1.286	106,9	57,9	16,7
2004	1.807	104,9	1.520	105,8	287	100,3	1.316	109,4	57,9	15,9
2005	1.835	106,6	1.569	109,3	266	93,0	1.364	113,4	57,4	14,5
2006	1.855	107,7	1.590	110,7	265	92,7	1.414	117,5	56,8	14,3
2007	1.898	110,2	1.653	115,1	245	85,7	1.437	119,5	56,9	12,9
2008	1.992	115,7	1.769	123,2	223	78,0	1.401	116,5	58,7	11,2
2009	2.016	117,1	1.792	124,8	224	78,3	1.454	120,9	58,1	11,1
2010	2.030	117,9	1.853	129,0	177	61,9	1.488	123,7	57,7	8,7
2011	2.059	119,6	1.909	132,9	150	52,4	1.547	128,6	57,1	7,3

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE e DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Estimativas em 1.000 pessoas. (2) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 2

Estimativa do número de ocupados, segundo a posição na ocupação, na RMPA — 1999 e 2011

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	ANOS		VARIAÇÃO 1999-2011	
	1999	2011	ABSOLUTA	RELATIVA
Ocupados	1.349	1.909	560	41,5
Assalariados (1)	852	1.358	506	59,4
Assalariados do setor público (2)	162	229	67	41,4
Assalariados do setor privado	690	1.128	438	63,5
Com carteira assinada	571	982	411	72,0
Sem carteira assinada	119	146	27	22,7
Autônomos	255	270	15	5,9
Empregados domésticos	103	105	2	1,9
Outros (3)	139	176	37	26,6

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE e DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Estimativa em 1.000 pessoas.

(1) Exclui empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham. (2) Engloba empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc. (3) Engloba empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

Tabela 3

Estimativa do número de ocupados, segundo a posição na ocupação, na RMPA — 1994-2011

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	ANOS					
	1994	1998	1999	2007	2008	2011
Ocupados	1.251	1.325	1.349	1.653	1.769	1.909
Assalariados (1)	853	841	852	1.121	1.196	1.358
Assalariados do setor público (2)	189	167	162	204	214	229
Assalariados do setor privado	664	674	690	917	982	1.128
Com carteira assinada	568	576	571	760	817	982
Sem carteira assinada	96	98	119	157	165	146
Autônomos	200	242	255	273	287	270
Empregados domésticos	84	101	103	111	108	105
Outros (3)	114	141	139	148	178	176

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	VARIÇÃO ABSOLUTA			VARIÇÃO RELATIVA		
	1994-98	1999-2007	2008-11	1994-98	1999-2007	2008-11
Ocupados	74	304	140	5,9	22,5	7,9
Assalariados (1)	-12	269	162	-1,4	31,6	13,5
Assalariados do setor público (2)	-22	42	15	-11,6	25,9	7,0
Assalariados do setor privado	10	227	146	1,5	32,9	14,9
Com carteira assinada	8	189	165	1,4	33,1	20,2
Sem carteira assinada	2	38	-19	2,1	31,9	-11,5
Autônomos	42	18	-17	21,0	7,1	-5,9
Empregados domésticos	17	8	-3	20,2	7,8	-2,8
Outros (3)	27	9	-2	23,7	6,5	-1,1

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE e DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Estimativa em 1.000 pessoas.

(1) Exclui empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence à empresa em que trabalham. (2) Engloba empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc. (3) Engloba empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

Tabela 4

Estimativa de assalariados do setor privado com e sem carteira assinada, segundo o setor de atividade econômica, na RMPA — 1999-2011

ANOS	COM CARTEIRA ASSINADA					SEM CARTEIRA ASSINADA				
	Total	Indústria de Transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços	Total	Indústria de Transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços
1999	571	189	23	106	252	119	25	9	22	62
2000	598	204	22	108	263	130	29	9	22	68
2001	632	219	23	113	276	148	31	10	28	79
2002	636	208	23	115	290	147	26	11	27	82
2003	634	203	24	119	287	133	25	9	27	71
2004	666	218	26	129	292	148	30	10	29	78
2005	723	242	24	140	316	141	26	7	29	79
2006	738	240	25	147	325	149	27	9	30	82
2007	760	239	26	154	340	157	31	10	26	89
2008	817	243	30	169	374	165	30	11	29	94
2009	854	231	34	181	407	151	26	12	25	87
2010	912	251	42	183	434	155	26	13	25	90
2011	982	263	47	201	469	146	25	14	22	84

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE e DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Estimativa em 1.000 pessoas.

3 A qualidade das ocupações na primeira década dos anos 2000

A qualidade do emprego tem um forte impacto no bem-estar dos trabalhadores, o que, por si só, a torna uma questão relevante. De fato, para a maioria das pessoas empregadas, o trabalho ocupa a maior parte do seu tempo disponível. Desse modo, melhorar a qualidade do emprego contribui diretamente para o bem-estar, apesar de se manifestar por formas que podem ser difíceis ou mesmo impossíveis de mensurar em termos monetários.

Pela análise dos dados estatísticos da PED-RMPA, constatamos que o crescimento da ocupação ao longo dos anos 2000 se deu, preponderantemente, no emprego formalizado, sendo o ritmo de crescimento entre os assalariados com carteira assinada bem superior ao dos sem carteira assinada.

Saliente-se que o crescimento das ocupações assalariadas com carteira assinada tem consequências importantes, porque a carteira não é apenas um contrato entre trabalhador e empregador, mas implica também o registro junto ao Ministério do Trabalho e dá acesso aos benefícios estipulados pela legislação trabalhista brasileira, como férias anuais, décimo terceiro salário, limitação de horas semanais de trabalho, indenização em caso de demissão, cobertura de seguridade social, etc. Portanto, ao gerar ocupações formais em maior proporção do que as outras, o mercado de trabalho está melhorando a qualidade do emprego na RMPA. Outra importante relação entre o trabalho com carteira assinada e a qualidade do emprego é o acesso ao treinamento profissional — os trabalhadores com carteira têm melhores perspectivas em termos de desenvolvimento profissional e em termos de oportunidades futuras de carreira.

Ademais, outro aspecto que poderia auxiliar na demonstração da melhoria da qualidade das ocupações na primeira década dos anos 2000 é a análise da dinâmica de crescimento, por tamanho das empresas, com auxílio da Tabela 5. Constatamos que o comportamento do assalariamento no setor privado, no período em questão, deu-se preponderantemente a favor dos com carteira assinada. De acordo com os dados estatísticos da PED-RMPA, um número maior de ocupados com carteira assinada foi absorvido pelas vagas abertas nas empresas mais robustas, com maior porte em termos de número de empregados.

Destacam-se, nessas categorias, o crescimento ocupacional nas empresas de 100 a 499 empregados (70,4%) e de 500 e mais empregados (68,0%), enquanto os assalariados sem carteira assinada concentraram-se mais nas empresas entre um e 49 empregados. O fato de a maior parte das ocupações com carteira assinada ser aberta nas empresas de maior porte em termos de número de empregados sugere uma melhor estruturação e organização do mercado de trabalho, uma vez que, em tese, as empresas maiores possuem melhores condições de oferecer empregos de qualidade e de diminuir a persistente deterioração e a inserção precária das ocupações (Tabela 5).

Saliente-se que essa trajetória positiva não sofreu solução de continuidade com a crise financeira de 2008. Assim, em que pese a constatação de que as maiores vítimas da crise foram as ocupações sem proteção legal e de inserção precária, continuou o movimento de expansão das ocupações formais entre 2008 e 2011 — embora com menor intensidade —, nas empresas de grande porte, especialmente nos negócios de 500 e mais empregados. Na verdade, durante a crise, especialmente nos dois primeiros anos, o impacto negativo deu-se de maneira diferenciada. Por um lado, no segmento assalariado do setor privado com carteira assinada, a dinâmica de crescimento das ocupações foi positiva, mas com desaceleração, notadamente nas maiores empresas. Por outro lado, no segmento dos assalariados sem carteira, o impacto foi negativo em todos os portes de empresas; desde as pequenas até as grandes eliminaram postos de trabalho sem carteira assinada, ou seja, o ajuste maior deu-se em detrimento dos mais precários e desprotegidos (Tabela 6).

Ao examinar a dinâmica da taxa de crescimento anual dos ocupados por posição na ocupação, segundo a condição de contribuição previdenciária, verificamos que a taxa de crescimento anual daqueles que contribuem para a previdência social mais do que dobrou, considerando-se o período 1999-2011 contra 1993-99 (Tabela 7). Nessa base comparativa, o aumento da taxa de crescimento entre os assalariados do setor privado com carteira assinada é muito expressivo, cresceu 4,6% ao ano, enquanto, no período anterior, o crescimento anual era negativo em 0,1%. Entre os assalariados do setor público, estatutários e não estatutários, também o movimento da taxa de crescimento foi significativo, especialmente entre os não estatutários, os quais passaram de -7,3% entre 1993 e 1999 para 3,6% ao ano no período 1999-2011. De outra parte, a dinâmica de crescimento do

contingente assalariado do setor privado sem carteira sofreu uma forte desaceleração, a taxa de crescimento, que atingia a marca de 7,6% a.a., entre 1993 e 1999, caiu para 3,8% ao ano, entre 1999 e 2011.

A maior formalização, medida através da condição de contribuição à previdência social, igualmente se observa nas outras categorias ocupacionais, entre os dois períodos em foco. Assim, evoluiu positivamente para os autônomos (de -0,4% para 2,2% ao ano), empregadores (de 1,5% para 4,4%), profissional universitário autônomo (5,3% para 6,8%) e donos de negócio familiar de (-1,9% para 0,9% ao ano). Em sentido contrário, os empregados domésticos foram a única categoria ocupacional que apresentou uma redução na taxa de crescimento anual, passando da expressiva cifra de 7,3% para 1,2% ao ano nessa base comparativa.

Desse modo, pode-se inferir, com base nas informações estatísticas apresentadas que, no período de tempo que cobre os anos de 1999 a 2011, a expansão da atividade econômica na RMPA permitiu um aumento do estoque do emprego formal.

Vale ainda indagar se essa elevação das ocupações com carteira de trabalho assinada foi acompanhada de uma melhoria salarial. Desse modo, debruçando-se sobre a distribuição dos assalariados segundo faixas de remuneração média, em salários mínimos, verificamos que variações positivas para os assalariados do setor privado, entre 1999 e 2011, localizaram-se nas faixas de remuneração média de um a menos de três salários mínimos.

Essa afirmação pode ser corroborada através da análise da Tabela 8, que mostra a evolução das estimativas de assalariados do setor privado com e sem carteira assinada, nos anos de 1999 e 2011. No que diz respeito à evolução dos assalariados com carteira assinada, verificamos que o crescimento do contingente dos ocupados se deu exclusivamente nas faixas compreendidas entre um a menos de três salários mínimos, sendo que, do total dos novos trabalhadores com carteira, 446 mil receberam como remuneração de um a menos de dois salários mínimos e 60 mil auferiram de dois a menos de três salários mínimos. Nessa mesma base comparativa, o aumento das ocupações assalariadas sem carteira assinada concentrou-se nas faixas de rendimentos inferiores a dois salários mínimos.

Considerando-se estritamente a distribuição dos assalariados do setor privado com carteira assinada, segundo faixas de remuneração média em salários mínimos, observa-se uma concentração maior nas

faixas de menor rendimento, registrando-se uma tendência de crescimento positivo anual apenas para a faixa compreendida entre um a menos de dois salários mínimos. As demais faixas de remuneração média reduziram sua participação ao longo do período 1999-2011 (Tabela 9).

Diante dessa realidade salarial do setor privado da RMPA, aferida pelo critério de números de salários mínimos, verifica-se uma tendência que, de certo modo, contrapõe-se à evolução favorável do emprego no período em foco, uma vez que a maior parte das ocupações com carteira assinada se situou nas faixas de rendimento mais baixo, de um a menos de três salários mínimos. Já os assalariados sem carteira encontravam-se, em grande medida, nas faixas salariais de menos de um a menos de dois salários mínimos, no período 1999-2011.

De um outro prisma, incluindo, agora, na nossa análise a dinâmica comportamental do salário médio real dos assalariados do setor privado no trabalho principal, constatamos que a evolução salarial dos empregados com carteira assinada, entre 1999 e 2011, foi decrescente de 1999 até 2003, a partir daí a recuperação salarial sendo contínua até 2011. Todavia, não obstante a persistente elevação do salário médio real a partir de 2004, o valor, em 2011 (R\$ 1.292,00), era menor do que o salário médio real de 1999 (R\$ 1.306,00). Já em relação ao comportamento dos assalariados sem carteira assinada, a trajetória foi semelhante, mas os ganhos obtidos no período recente foram mais elevados, encerrando com um valor superior ao registrado em 1999. Em 2011, o seu valor era R\$ 945,00 significativamente superior ao de 1999 (R\$ 894,00) — Tabela 10.

Note-se, com base nessas informações, que os empregados sem carteira assinada, embora sendo uma categoria mais precarizada, lograram ganhos salariais mais elevados do que o dos trabalhadores formalizados, diminuindo, assim, no período pesquisado, os diferenciais de salários entre essas duas categorias de trabalhadores (Tabela 10).

Tabela 5

Estimativa de assalariados do setor privado com e sem carteira assinada, por tamanho do negócio ou empresa, na RMPA — 1999 e 2011

TAMANHO DO NEGÓCIO OU DA EMPRESA	COM CARTEIRA ASSINADA				SEM CARTEIRA ASSINADA			
	Anos		Variação 1999-2011		Anos		Variação 1999-2011	
	1999	2011	Absoluta	Relativa	1999	2011	Absoluta	Relativa
De 1 a 5 empregados	57	71	14	24,6	44	47	3	6,8
De 6 a 9 empregados	39	60	21	53,8	16	20	4	25,0
De 10 a 49 empregados	111	207	96	86,5	26	32	6	23,1
De 50 a 99 empregados	52	86	34	65,4	5	6	1	20,0
De 100 a 499 empregados	98	167	69	70,4	7	8	1	14,3
De 500 e mais empregados	150	252	102	68,0	5	8	3	60,0
Não sabem	64	139	75	117,2	16	25	9	56,3

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE e DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Estimativa em 1.000 pessoas.

Tabela 6

Estimativa de assalariados do setor privado com e sem carteira assinada, por tamanho do negócio ou empresa, na RMPA — 1999-2011

TAMANHO DO NEGÓCIO OU DA EMPRESA	COM CARTEIRA ASSINADA							
	Anos				Variação Absoluta		Variação Relativa	
	1999	2007	2008	2011	1999-2007	2008-2011	1999/2007	2008/2011
De 1 a 5 empregados	57	65	65	71	8	6	14,0	9,2
De 6 a 9 empregados	39	43	52	60	4	8	10,3	15,4
De 10 a 49 empregados	111	156	174	207	45	33	40,5	19,0
De 50 a 99 empregados	52	63	67	86	11	19	21,2	28,4
De 100 a 499 empregados	98	125	131	167	27	36	27,6	27,5
De 500 e mais empregados	150	213	230	252	63	22	42,0	9,6
Não sabem	64	95	98	139	31	41	48,4	41,8

TAMANHO DO NEGÓCIO OU DA EMPRESA	SEM CARTEIRA ASSINADA							
	Anos				Variação Absoluta		Variação Relativa	
	1999	2007	2008	2011	1999-2007	2008-2011	1999-2007	2008-2011
De 1 a 5 empregados	44	47	54	47	3	-7	6,8	-13,0
De 6 a 9 empregados	16	19	20	20	3	0	18,8	0,0
De 10 a 49 empregados	26	35	37	32	9	-5	34,6	-13,5
De 50 a 99 empregados	5	7	7	6	2	-1	40,0	-14,3
De 100 a 499 empregados	7	10	8	8	3	0	42,9	0,0
De 500 e mais empregados	5	12	12	8	7	-4	140,0	-33,3
Não sabem	16	27	27	25	11	-2	68,8	-7,4

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE e DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Estimativa em 1.000 pessoas.

Tabela 7

Taxa de crescimento anual dos ocupados, por posição na ocupação, segundo a condição de contribuição previdenciária, na RMPA — 1999 e 2011

DISCRIMINAÇÃO	CRESCIMENTO ANUAL		PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE OCUPADOS EM 2011
	1993-99	1999-2011	
Ocupados	1,2	2,9	100,0
Contribuem para a Previdência	-0,1	3,9	79,4
Assalariados do setor privado com carteira	-0,1	4,6	51,5
Assalariados do setor privado sem carteira	7,6	3,8	1,2
Assalariados do setor público estatutários	0,5	2,3	6,4
Assalariados do setor público não estatutários	-7,3	3,6	4,5
Empregados domésticos	7,3	1,2	3,2
Autônomos	-0,4	2,2	5,3
Empregadores	1,5	4,4	4,0
Profissional universitário autônomo	5,3	6,8	1,7
Dono de negócio familiar	-1,9	0,9	1,5
Outros	(1)-	(1)-	(1)-
Não contribuem para a Previdência	5,0	0,0	20,6
Assalariados do setor privado sem carteira	4,7	1,8	6,5
Assalariados do setor público não estatutários	4,1	4,1	1,1
Empregados domésticos	3,3	-0,7	2,4
Autônomos	5,6	0,0	8,8
Empregadores	8,1	0,0	0,4
Profissional universitário autônomo	(1)-	2,4	0,4
Dono de negócio familiar	4,3	-2,1	0,7
Trabalhador familiar sem remuneração	5,3	(1)-	(1)-
Outros	(1)-	(1)-	(1)-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE e DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela 8

Estimativa de assalariados do setor privado com e sem carteira assinada, segundo faixas de remuneração média, na RMPA — 1999 e 2011

FAIXA DE REMUNERAÇÃO MÉDIA (salários mínimos)	COM CARTEIRA ASSINADA				SEM CARTEIRA ASSINADA			
	Ano		Variação 1999/2011		Ano		Variação 1999/2011	
	1999	2011	Absoluta	Relativa	1999	2011	Absoluta	Relativa
Total	571	982	411	72,0	119	146	27	22,7
Menos de 1	(1)-	13	-	-	7	27	20	285,7
De 1 a menos de 2	138	584	446	323,2	50	89	39	78,0
De 2 a menos de 3	158	218	60	38,0	30	16	-14	-46,7
De 3 a menos de 4	89	68	-21	-23,6	13	(1)-	-	-
De 4 a menos de 5	49	28	-21	-42,9	7	(1)-	-	-
De 5 a menos de 7	62	36	-26	-41,9	7	(1)-	-	-
De 7 a menos de 10	32	22	-10	-31,3	(1)-	(1)-	-	-
De 10 a menos de 15	21	9	-12	-57,1	(1)-	(1)-	-	-
De 10 a menos de 20	8	(1)-	-	-	(1)-	(1)-	-	-
Mais de 20	11	(1)-	-	-	(1)-	(1)-	-	-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE e DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Estimativa em 1.000 pessoas.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela 9

Distribuição dos assalariados do setor privado com carteira assinada, segundo faixas de remuneração média, na RMPA — 1999 a 2011

FAIXA DE REMUNERAÇÃO MÉDIA (salários mínimos)	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 1	(1)-	0,8	0,8	1,0	1,1	0,9	0,9	1,7	1,3	1,8	2,5	1,8	1,4
De 1 a menos de 2	24,2	27,9	33,3	34,3	38,9	40,7	43,5	49,0	54,0	58,3	60,0	65,0	59,5
De 2 a menos de 3	27,8	27,0	25,5	25,5	26,9	26,0	25,2	25,9	23,7	20,2	18,0	17,7	22,2
De 3 a menos de 4	15,7	15,1	15,3	14,1	11,9	13,3	12,6	9,0	9,0	8,2	8,3	6,7	7,0
De 4 a menos de 5	8,7	7,4	6,8	7,6	6,6	5,7	5,7	5,1	3,4	4,1	4,0	2,5	2,9
De 5 a menos de 7	10,9	10,1	8,7	8,2	7,2	6,4	6,4	4,7	4,0	3,1	3,5	2,8	3,7
De 7 a menos de 10	5,6	5,6	4,2	3,9	3,2	3,2	2,6	2,2	2,3	2,5	1,9	2,2	2,2
De 10 a menos de 15	3,7	3,4	2,9	3,1	2,5	2,2	1,8	1,7	1,5	1,3	1,3	0,8	0,9
De 15 a menos de 20	1,4	1,2	1,4	1,3	1,0	1,0	0,8	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Mais de 20	1,4	1,5	1,1	1,0	0,7	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE e DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela 10

Salário médio real dos assalariados do setor privado no trabalho principal, com e sem carteira assinada, na RMPA — 1999-2011

ANOS	TOTAL	COM CARTEIRA ASSINADA	SEM CARTEIRA ASSINADA
1999	1.238	1.306	894
2000	1.211	1.290	829
2001	1.201	1.276	861
2002	1.177	1.259	803
2003	1.070	1.140	723
2004	1.095	1.170	742
2005	1.103	1.174	717
2006	1.121	1.185	792
2007	1.145	1.208	822
2008	1.146	1.207	829
2009	1.181	1.242	837
2010	1.210	1.261	903
2011	1.249	1.292	945

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE e DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de nov./11.

4 Considerações finais

A análise da dinâmica do mercado de trabalho da RMPA no período 1999-2011 revela um aumento significativo na proporção do emprego com carteira assinada na ocupação total, enquanto a proporção da ocupação sem carteira assinada, ou sem proteção social, tem diminuído. A participação decrescente dos trabalhadores assalariados sem carteira assinada ou sem proteção social não é devido somente a mudanças na composição do emprego entre os

setores econômicos, mas também a uma tendência em direção ao emprego com carteira assinada dentro desses setores.

Nesse sentido, o aumento relativo da ocupação assalariada com carteira assinada significa, em si mesmo, uma mudança significativa na qualidade do emprego, dado que trabalhar com carteira assinada dá acesso a uma série de benefícios previstos na legislação trabalhista, seja enquanto detentor de um posto de trabalho, seja no caso de demissão. Evidentemente que, para chegar a afirmações mais conclusivas sobre a qualidade do emprego, seriam

necessários outros indicadores de apoio, os quais não são tratados neste artigo, tais como estabilidade no emprego, autonomia, qualificação profissional e treinamento.

Entretanto a participação decrescente dos trabalhadores assalariados sem carteira assinada e autônomos implica, necessariamente, uma diminuição da precarização, uma vez que — conforme os dados da Tabela 10 — o rendimento médio real dessas ocupações é mais baixo do que as rendas dos trabalhadores com carteira assinada e que o contingente desses trabalhadores sem contribuição à previdência social é elevado. Assim, a proporção crescente de assalariados com carteira assinada na ocupação total é uma clara tendência de retomada da estruturação do mercado de trabalho na RMPA, nos anos 2000.

Ademais, o crescimento relativo dos empregos com proteção social em maior proporção do que os dos ocupados sem proteção social acarretou um aumento na cobertura da seguridade social através da elevação do número daqueles que pagam as contribuições de seguridade social, significando, com isso, menos problemas para os trabalhadores envolvidos e maior arrecadação tributária em benefício da sociedade como um todo.

Todavia, na esteira dessa tendência à formalização do mercado de trabalho na RMPA, há outras mudanças que podem afetar a qualidade das ocupações vistas por outros ângulos, distintos do prisma da carteira assinada. Dessa sorte, ao analisar a composição das ocupações por setor de atividade, verifica-se que houve outra mudança — além da dos sem carteira para a dos com carteira assinada —, a mudança do emprego na indústria para serviços, comércio e construção civil. De fato, foi o setor de serviços que mais gerou postos de trabalho com carteira assinada entre 1999 e 2011, seguido por comércio, indústria de transformação e construção civil. Também os serviços foram os que mais geraram ocupações sem carteira assinada. Essa mudança na composição setorial das ocupações estaria a indicar que os investimentos, notadamente os industriais, produziram pouco impacto na geração de postos de trabalho, o maior volume de ocupações novas sendo abertas por outros setores de atividade econômica, tendo o maior destaque na geração de postos de trabalho o setor de serviços.

Tanto o setor de serviços como o comércio e a construção civil se diferenciam da indústria de transformação por oferecerem remunerações mais baixas aos trabalhadores. Talvez isso explique o fato

de a maior parte das ocupações com carteira assinada estar situada nas faixas salariais de um a menos de três salários mínimos, enquanto os assalariados sem carteira, em grande medida, situam-se nas faixas salariais inferiores a dois salários mínimos, no período de 1999 a 2011. Finalmente, no que se refere ao processo de evolução salarial, constatou-se, para os assalariados com carteira assinada, uma tendência de ganhos reais de salários a partir de 2004, não obstante não terem logrado recuperar totalmente as perdas havidas entre o período de 1999 a 2003. Já em relação aos assalariados sem carteira assinada, a trajetória dos salários foi semelhante, mas os ganhos obtidos no período mais recente foram mais elevados, encerrando com um valor superior ao registrado em 1999. Esse fato positivo acarretou a diminuição do diferencial de salários entre essas duas categorias de trabalhadores.

Referências

- ARANDIA, K. Alejandro. Mercado de Trabalho em Recuperação, após uma trajetória adversa, na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, 2010.
- BALTAR, Paulo. Estrutura Econômica e Emprego Urbano na década de 90. In Proni, Marcelo e Wilnes, Henrique (org.). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: UNESP, Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2003.
- DE TONI, Miriam. **Para onde vai o mercado de trabalho?** A tendência à Precarização das Relações de Trabalho - Um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre: Porto Alegre: FEE, 2006. (Teses FEE, n. 8).
- DEDECCA, Claudio. **Reorganização produtiva e relações de trabalho no Brasil: anos 90**. Campinas: Unicamp, 1998. (mimeo).
- MORETTO, Amilton; KREIN, José Dari. Anais do IX In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO DO TRABALHO, 9., Recife: 2005. **Anais...** Recife: ABET, 2005.
- POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

